

# A contribuição do cooperativismo para inclusão produtiva de agricultores familiares: estudo de caso no Tocantins, Brasil

*La contribución de las cooperativas a la inclusión productiva de los agricultores familiares: un estudio de caso en Tocantins, Brasil*

*The contribution of cooperatives to the productive inclusion of family farmers: a case study in Tocantins, Brazil*

Diego Neves de Sousa<sup>1</sup>  
Maria Eduarda Ribeiro de Jesus<sup>2</sup>

**Recibido:** 12 enero de 2022

**Aprobado:** 10 de agosto de 2022

**Publicado:** 16 de enero de 2023

**Como citar este artigo:**

Neves de Sousa, D. y Ribeiro de Jesu, M.E. (2023). A contribuição do cooperativismo para inclusão produtiva de agricultores familiares: estudo de caso no Tocantins, Brasil. *Cooperativismo & Desarrollo*, 31(125), 1-21.  
doi: <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2023.01.08>

---

Artículo de investigación. <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2023.01.08>

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento Rural. Embrapa Pesca e Aquicultura, Palmas, Brasil.  
Correio eletrônico: [diego.sousa@embrapa.br](mailto:diego.sousa@embrapa.br)

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-3124-5150>

<sup>2</sup> Economista. Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO), Palmas, Brasil.  
Correio eletrônico: [eduardaribeiro@mail.uft.edu.br](mailto:eduardaribeiro@mail.uft.edu.br)

**ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-5354-6117>



## Resumo

O cooperativismo é uma alternativa viável para potencializar a inclusão produtiva de agricultores familiares ao proporcionar inovação na produção, distribuição e comercialização em mercados. O objetivo deste estudo é analisar a percepção de mediadores sociais quanto à contribuição do cooperativismo para a inclusão produtiva de agricultores familiares no estado do Tocantins. Para tal, utilizou-se de duas técnicas de coleta de dados: análise documental e entrevistas semiestruturadas. Conclui-se que a filiação de agricultores familiares em um empreendimento cooperativo possibilita lograr melhores resultados do que se alcançaria individualmente, adquirindo mais condições de serem incluídos produtivamente ao acessarem mercados, políticas públicas e serviços de extensão rural. Isto vai de encontro com a ideia de inclusão produtiva voltada para a produção de novidades, em que o destaque está na rede sociotécnica do cooperativismo ao propiciar ações de sustentabilidade ambiental, potencializar laços de reciprocidade entre os cooperados e promover o surgimento de novidades técnicas e organizacionais.

**Palavras chave:** Cooperação, desenvolvimento rural, mercados, políticas públicas, organização produtiva.

## Resumen

El cooperativismo es una alternativa viable para potenciar la inclusión productiva de los agricultores familiares al brindar innovación en la producción, distribución y comercialización en los mercados. El objetivo de este estudio es analizar la percepción de los mediadores sociales sobre la contribución de las cooperativas a la inclusión productiva de los agricultores familiares en el estado de Tocantins. Para esto, se utilizaron dos técnicas de recolección de datos: análisis de documentos y entrevistas semiestruturadas. Se concluye que la afiliación de los agricultores familiares a una empresa cooperativa permite lograr mejores resultados de los que se obtendrían individualmente, adquiriendo más condiciones para ser incluidos productivamente en el acceso a mercados, políticas públicas y servicios de extensión rural. Lo anterior se corresponde con la idea de inclusión productiva orientada a la producción de novedades en la que se destaca el entramado socio-técnico del cooperativismo por brindar acciones de sostenibilidad ambiental, potenciar los lazos de reciprocidad entre los socios y promover el surgimiento de procesos técnicos y organizacionales.

**Palabras clave:** Cooperación, desarrollo rural, mercados, organización productiva, políticas públicas.

## Descritores:

- O13** Desarrollo Económico: Agricultura
- P32** colectivos; comunas; Agricultura
- P13** Mercados Agrícolas y Comercialización; cooperativas
- D78** Análisis positivo de la formulación e implementación de políticas
- J54** Cooperativas de productores
- P32** Colectivos • Comunas • Agricultura

## Abstract

Cooperativism is a viable alternative to enhance the productive inclusion of family farmers by providing innovation in production, distribution and commercialization in markets. The aim of this study is to analyze the perception of social mediators regarding the contribution of cooperatives to the productive inclusion of family farmers in the state of Tocantins. To this end, two data collection techniques were used: document analysis and semi-structured interviews. It is concluded that the affiliation of family farmers in a cooperative enterprise makes it possible to achieve better results than would be achieved individually, acquiring more conditions to be included productively when accessing markets, public policies and rural extension services. This is in line with

the idea of productive inclusion aimed at the "production of novelties" in which the emphasis is on the socio-technical network of cooperatives, by promoting environmental sustainability actions, enhancing reciprocity ties between members and promoting the emergence of technical and organizational.

**Keywords:** Cooperation, markets, productive organization, public politics, rural development.

## Introdução

No campo acadêmico, enquanto alguns autores associam o termo *inclusão produtiva* a uma lógica modernizante centrada na capacidade dos agricultores de oferecer respostas produtivas convencionais, apostando na melhoria da capacidade tecnológica e empreendedora de um agricultor profissionalizado (Alves, 2001; Navarro e Pedroso, 2014), outros sustentam experiências alternativas e inovadoras que sugerem a emergência de um novo rural multifuncional e pós-produtivista pautado na produção de novidades (Ploeg et al., 2004; Ploeg, 2011; Wanderley, 2014).

Neste último caso, o termo *inclusão produtiva* associa-se à ideia de que as diferentes agriculturas de base familiar são capazes de articular estratégias mais autônomas baseadas na construção de novas relações com a natureza, na reprodução de laços de reciprocidade e na capacidade inédita de produzir novidades técnicas e organizacionais que a ciência moderna desconhece (Ploeg, 2011; Long y Ploeg, 2011; Wanderley, 2014; Sabourin, 2014). Em outras palavras, é reconhecida a capacidade que os agricultores familiares e suas organizações cooperativas têm de criar e construir formas alternativas de produção, abastecimento e comercialização de alimentos. Isto implica que esses atores sociais do meio rural estão construindo novas formas de inserção em mercados alimentares alternativos, como forma de promover a *inclusão produtiva* para aqueles que estão à margem do desenvolvimento rural e que não conseguiram (ou não quiseram) se inserir nos mercados convencionais.

As estratégias para dinamizar a *inclusão produtiva* dos agricultores familiares são, portanto, pensadas a partir do fortalecimento das políticas públicas que tenham como foco a valorização e o reconhecimento das especificidades das diversas categorias de agricultores familiares existentes no campo. Assim, o novo contexto da agricultura familiar é formado por um conjunto heterogêneo de conhecimentos e de novidades localmente produzidas por esses atores que, conforme elucidam Schneider e Gazolla (2011), articulam modelos inovadores de produção, distribuição e consumo nos *novos mercados* (Souza, 2020) advindos do sistema agroalimentar, ao passo que o sistema cooperativista se torna uma alternativa viável para que potencialize essas ações.

As cooperativas trazem em si uma grande especificidade na forma de organização, já que atuam simultaneamente como empresas e associações, as quais devem ser igualmente priorizadas para se conseguir uma gestão de êxito (Amodeo, 2006). São consideradas organizações intermediárias entre os agricultores e seus mercados, cujo objetivo é prestar serviços aos seus membros, procurando beneficiá-los com melhores condições de negociação de preços junto à indústria de insumos e com ganhos na venda de seus produtos. Além disso, contribuem com a viabilidade econômica de sua propriedade e o aumento da qualidade de vida de seus familiares (Sousa et al., 2017a; Ferreira; Sousa e Costa, 2018).

O cenário da atual economia mundial se apresenta para as cooperativas sob a forma de uma permanente contradição, qual seja: a de manter uma empresa competitiva, capaz de enfrentar multinacionais de grande porte que conquistam seus mercados e, concomitantemente, atender às necessidades dos seus associados. Por sua vez, nem sempre conseguem atuar nessas duas esferas simultaneamente com eficiência (Sousa et al., 2017b).

Com isso, há a necessidade de redimensionar as estratégias de comunicação nas cooperativas, sobretudo com os processos de tradução (Sousa, 2019) dos mediadores sociais, para uma perspectiva pró-ativa e democrática, ao possibilitar os dois tipos de gestão cooperativa (social e empresarial) interligadas e complementárias (Sousa et al., 2018) e que possam articular as necessárias alianças estratégicas para se manter (e se possível expandir) seus mercados.

Neste sentido, o objetivo deste estudo é analisar a percepção de mediadores sociais quanto à contribuição do cooperativismo para a inclusão produtiva de agricultores familiares no contexto do estado do Tocantins.

O pressuposto que orienta este estudo é que a filiação de agricultores familiares em um empreendimento coletivo possibilita obter melhores resultados do que alcançaria no desempenho de uma atividade individual, compartilhando solidariamente os custos inerentes a qualquer empreendimento e os frutos do trabalho coletivo realizado, promovendo concomitantemente o desenvolvimento local. Acredita-se que através de um adequado funcionamento e profissionalização das cooperativas, esses indivíduos unidos em uma organização coletiva podem ter as suas chances aumentadas de inserção em mercados alternativos e viáveis ao serem incluídos produtivamente no sistema agroalimentar.

## Metodologia

O estado Tocantins, situado na região Norte brasileira, possui uma economia pautada nas cadeias produtivas da pecuária e de grãos, numa lógica desenvolvimentista herdada do estado de Goiás (Feitosa, 2011). Conforme os dados do IBGE (2017) existem no estado aproximadamente 43 mil agricultores familiares, que contribuem com 40% do valor bruto da produção agropecuária e ocupam 50% das áreas destinadas à agricultura, o que corresponde a 76% dos estabelecimentos agropecuários. Ao considerar que o Tocantins é rico em recursos naturais com destaque para diversas espécies frutíferas do cerrado, os agricultores familiares e seus empreendimentos coletivos tornam-se importantes atores para manter o adequado abastecimento alimentar junto à população (Pereira e Santos, 2015).

Este estudo buscou analisar a percepção de mediadores sociais quanto à contribuição do cooperativismo para a inclusão produtiva de agricultores familiares no contexto do estado. A partir da temática supracitada, foi necessária a aplicação de duas técnicas de coleta de dados: análise documental e entrevistas semiestruturadas com 80 mediadores sociais que atuam com os diferentes públicos da agricultura familiar no Tocantins. Numa perspectiva de pesquisa qualitativa (Fraser e Gondim, 2004; Kripka; Scheller e Bonotto, 2015) este estudo buscou compreender um fenômeno em seu ambiente natural ao privilegiar as narrativas dos atores sociais e, assim, permitir atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos.

## Revisão de literatura

A agricultura familiar é considerada uma das atividades mais essenciais para a sobrevivência da espécie humana por ser uma das principais fontes produtoras de alimentos (Futemma et al., 2020). Contudo, apesar da sua importância como vetor para criação em escala local/regional de oportunidades de inclusão produtiva e de dinamização socioeconômica, a agricultura familiar ainda enfrenta muitos desafios para acessar o mercado formal para venda da sua produção excedente (Schneider e Cassol, 2013; Sousa, 2020), e esses desafios estão relacionados ao próprio mercado que, em suma, favorece a grande escala de produção de alimentos (Carvalho et al., 2015).

A produção da agricultura familiar se caracteriza, muitas vezes, pela diversidade de agricultores dispersos em inúmeras regiões (Fornazier e Waquil, 2013), o que torna o processo de comercialização uma dificuldade historicamente presente

no setor em praticamente todas as regiões brasileiras (Carvalho et al., 2015). Ao se pensar em minimizar esses entraves e algumas incertezas na atividade familiar, agricultores se unem por meio de organizações coletivas. Diante desse contexto, surge o cooperativismo como relevante canal de comercialização a fim de elevar a renda dos agricultores e facilitar o acesso ao mercado e as políticas públicas (Schinaider et al., 2018).

O sistema cooperativista é um movimento internacional e sua essência está na associação de pessoas que, com esforço próprio e ajuda mútua, são orientados pelos princípios da liberdade, justiça e solidariedade, ao satisfazer suas necessidades econômicas e sociais (Cançado et al., 2011). Com isso, as organizações coletivas e também os arranjos institucionais ganharam importância e emergiram com a liberalização dos mercados agrícolas nos países em desenvolvimento, com a finalidade de organizar os pequenos agricultores de forma que esses possam atender algumas demandas do mercado (Fornazier e Waquil, 2013).

De acordo com Pinho (1996), a prática cooperativista brasileira iniciou-se a partir de 1932, motivada pelo estímulo do Poder Público ao promover o cooperativismo como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas. A partir de então, passou-se a definir melhor a estrutura dessa forma de organização social e produtiva diante de outras formas associativistas.

O cooperativismo, dentro da concepção unívoca de diversos autores torna-se uma opção de superação de problemas coletivos e fortalecimento de distintas atividades produtivas. A inferência é que, quando organizados em associações e/ou cooperativas, os agricultores passam a ter melhores condições de explorar sua unidade produtiva. Essa união proporciona ganho de escala, tanto na obtenção de matéria-prima quanto na industrialização do alimento, de modo que seus produtos consigam competir com aqueles que já estão no mercado por mais tempo (Pedroso e Júnior, 2008; Andrade e Alves, 2013; Schinaider et al., 2018). Indo neste encontro, para Vilpoux (2014) e Sousa (2019), as associações e cooperativas são fundamentais para o processo de inclusão produtiva de agricultores, pois a partir da cooperação é possível obter ganhos com a produção e atender aos requisitos dos mercados modernos.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) define a sociedade cooperativa como uma organização de, pelo menos, vinte pessoas físicas unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades, regida pela legislação nº 5.764/1971 (OCB, 2010). Como também definem Simonetti e Silva (2017), as cooperativas são sociedades de pessoas constituídas para prestar serviços aos associados, além de dinamizar a economia

e promover o desenvolvimento regional. Possuem como fundamento o princípio de oferecer qualidade de vida aos seus cooperados, através de produtos e serviços disponíveis, e trabalham para o desenvolvimento de suas comunidades.

Além das cooperativas, as associações rurais também se destacam como uma ferramenta para a inserção desses agricultores familiares no processo de inclusão produtiva, apesar de ter suas especificidades. De acordo com Pedroso e Júnior (2008), a associação é uma sociedade civil que não possui fins lucrativos, em que os indivíduos se organizam para atender aos seus interesses, de forma democrática. Essas associações rurais ajudam na obtenção de empréstimo e no acesso a artefatos técnicos, e beneficia os agricultores que não possuem meios para alcançar essas ferramentas de auxílio na produção. Sobre as associações e cooperativas, a diferença entre as duas está na finalidade econômica, “[...] enquanto a associação não possui a finalidade de geração monetária, a cooperativa possui objetivos econômicos. Além desta, a cooperativa é uma empresa, ao passo que a associação é apenas uma reunião social” (Pedroso e Júnior, 2008, p. 20).

No Brasil, há inúmeras experiências de constituição e desenvolvimento de cooperativas na agricultura familiar, as quais assumem papéis significativos na vida das famílias associadas, tornando-se, em muitos casos, o principal mecanismo de acesso a mercados (Freitas, 2021). Cita-se o caso da Lei nº 11.947/2009 de regulamentação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que impulsionou a criação de organizações coletivas da agricultura familiar diante da oportunidade de entregar pelo menos 30% de seus alimentos para a alimentação escolar. No entanto, muitas cooperativas criadas foram de forma imediatista, algumas impostas como condição para que as prefeituras realizassem a compra pública de alimentos, outras induzidas por instituições parceiras como solução para a comercialização (Freitas, 2021).

Andrade e Alves (2013) e Freitas (2021) destacam que um dos pontos fortes das cooperativas é a possibilidade de vender sua produção para as políticas de compra governamental. Como um cooperado, o agricultor familiar tem mais possibilidades de acessar esses recursos e as cooperativas assumem uma função estratégica, neste caso, de facilitadoras entre a produção da agricultura familiar e as políticas públicas de compras institucionais de alimentos.

A inclusão produtiva da agricultura familiar, através do sistema cooperativista, sedimenta certas bases materiais, simbólicas e institucionais que atribuem aos agricultores e aos outros atores aliados dessa categoria social, uma maior capacidade de intervir diretamente na dinâmica do território e nos rumos do seu desenvolvimento, especialmente no espaço rural (Escher, 2013).

Neste sentido, a legislação que regulamenta as políticas públicas de compras institucionais de alimentos corrobora e expressa claramente a importância das organizações formais dos agricultores e confere prioridade a eles no acesso, em comparação com grupos informais. Além disso, pesquisas têm demonstrado que os agricultores inseridos em organizações coletivas formais apresentam melhores oportunidades para se empoderarem com o programa e expandirem suas capacidades de comercialização, principalmente em grandes centros urbanos onde a demanda por produtos alimentícios é maior (Freitas, 2021).

Escher (2013) constata que à medida que os agricultores familiares organizados através do cooperativismo começam a ganhar poder econômico, eles também passam a adquirir legitimidade social, *status* e uma maior força política no território. Daí a importância das cooperativas e associações da agricultura familiar como empreendimentos econômicos capazes de coordenar as demandas do processo de comercialização para a sociedade e os mercados institucionais (Freitas, 2021). Ademais, o cooperativismo também é visto como vantajoso para a inserção em novos mercados, pois, além das contribuições de economia de escala, também há a possibilidade de criar uma marca única de produtos homogêneos com determinadas características, que permitam maior difusão desse produto nos circuitos de comercialização (Fornazier e Waquil, 2013).

Deste modo, Braúna (2016), Simonetti e Oliveira (2017) e Sousa (2020) concluem que apesar da existência de desafios para consolidação do cooperativismo no Brasil, principalmente em regiões com maiores desigualdades, o processo de inclusão produtiva por meio desta modalidade tem influenciado de forma crescente no desenvolvimento social e econômico. Acredita-se que, através de um adequado funcionamento das cooperativas, esses indivíduos organizados podem ter as suas chances aumentadas de inserção nos mercados, de maior poder de barganha frente a outros agentes econômicos e de maior acesso a políticas públicas.

Seja como for, é cada vez mais crescente a criação de cooperativas na agricultura familiar com o intuito de expandir seu mercado de comercialização ao garantir renda para um número maior de famílias, o que torna os agricultores autênticos protagonistas do processo de desenvolvimento rural do país.

## Resultados e Discussões

Em busca de compreender como é o processo de organização social e produtiva da agricultura familiar tocantinense, solicitou-se aos mediadores entrevistados (gestores, extensionistas, pesquisadores, professores e participantes de movimentos

sociais), as suas percepções em torno da pergunta: *Qual é a contribuição do cooperativismo para promover a inclusão produtiva de agricultores familiares no contexto do estado do Tocantins?*

Ao analisar as respostas da pesquisa de campo, estas foram classificadas em três categorias analíticas: 1. Realidade do cooperativismo estadual; 2. Contribuições e potencialidades para a organização social e produtiva de agricultores familiares, e, por último, 3. Identificação de gargalos e dificuldades que influenciam na cooperação e inclusão produtiva de agricultores.

De modo geral foi identificado que o cooperativismo tocantinense precisa ainda avançar em termos de cooperação entre os agricultores, dado baixo nível de organização social e produtiva e pelo fato de prevalecer à cultura do individualismo no campo. A maior parte dos entrevistados alegou que a ausência da cultura da cooperação na agricultura familiar impede que o estado tenha referências inovadoras e de inclusão produtiva dentre suas organizações coletivas.

Neste sentido, um entrevistado relata que “[...] infelizmente nós não temos ainda arraigados na nossa cultura a questão associativa, pois as pessoas, muitas vezes, têm dificuldade de aproximação e, ainda, existe uma desconfiança” (Gestor, Ruraltins). Corrobora nesta questão a indicação pelos mediadores entrevistados de que a organização social e produtiva dos agricultores familiares é ainda frágil sendo apontada como individualizada, o que prejudica o planejamento da produção e o acesso aos mercados alternativos e viáveis para este público.

Com isso, pode-se notar que,

[...] por conta dessa dificuldade de produção coletiva é que não temos número satisfatório de agroindústrias coletivas. A questão do Sistema de Inspeção é ainda mais gritante quando se trabalha de forma individualizada e com uma cooperativa organizada em agroindústria conseguiríamos amenizar tudo isso (Extensionista, Coopter).

Corroborando com a percepção dos mediadores quanto ao individualismo presente entre os agricultores, no estudo de Braúna (2016) constatou-se que a exceção de alguns estados da região Sul, esse não é um desafio apenas do estado do Tocantins, mas de praticamente todo o país. Segundo o autor, esse desafio tem forte relação com a dificuldade de se criar uma cultura cooperativista, posto que com um amplo, ininterrupto e permanente processo de educação cooperativista poderá se promover uma cultura sólida entre os públicos da agricultura familiar.

Em relação à constituição de associações, foi constatado nas falas dos entrevistados que estas só existem por cunho político ou foram criadas para garantir o recebimento de algum crédito financeiro, como explica um entrevistado a seguir:

A organização produtiva dos produtores em associações é muito mais visando acessar benefícios do que de fato se organizando para ter escala de produção, para acessar insumos com menor preço, de vender e ter mais poder de barganha na venda de produtos. Isso é muito incipiente ainda (Pesquisador, Embrapa).

Isto está também relacionado à finalidade das associações que é de representar os agricultores e não necessariamente a obtenção de rendimentos monetários, como é o caso explícito das cooperativas. Em outras palavras, uma extensionista que atuou na área de associativismo ministrando cursos nesta temática para agricultores familiares descreveu que

[...] a grande maioria das associações foram criadas só com o intuito de tirar financiamentos nos bancos, porque quando foi instituído o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), os bancos disseram que tinha que ter uma associação para se organizar, para poder organizar os financiamentos do crédito fundiário e do Pronaf, principalmente, dos assentamentos rurais. O associativismo não é só pra fazer financiamento no banco, é muito mais que isso, há uma importância muito grande em termos de políticas públicas que não é só o crédito rural, com o associativismo eles podem se beneficiar bastante, não só individualmente, mas a comunidade toda onde eles vivem (Extensionista, Ruraltins).

Conforme destacaram outros entrevistados, o associativismo e o cooperativismo são de suma importância para que os menores grupos de agricultores consigam melhor organizar a produção, ter acesso e poder de barganha no mercado e não se tornarem tão dependentes das políticas públicas, como também constatado nos estudos conduzidos por Pedrosa e Júnior (2008) e Sousa (2019). Postula-se, assim, que o associativismo/cooperativismo beneficia consideravelmente os agricultores que não possuem meios próprios de produção.

Com isso, o modelo de associativismo/cooperativismo auxilia no ingresso de agricultores no mercado local/regional de modo formal, diminuindo a marginalização

deste frente ao sistema agroalimentar e, assim, contribui consideravelmente para sua devida inclusão produtiva (Pedroso e Júnior, 2008; Sousa, 2020).

A ideia central dos mediadores entrevistados é que a filiação em um empreendimento cooperativo por parte dos agricultores possibilita obter melhores resultados do que alcançaria com o trabalho individual. Ou seja, esses indivíduos organizados em cooperativas podem ter as suas chances aumentadas de inserção nos mercados, assim como capacitar-se para se transformar em autênticos protagonistas do processo de desenvolvimento rural (Sousa, 2020). No entanto, na mesma lógica do associativismo, o cooperativismo no Tocantins foi apontado como frágil, necessitando de ações específicas para alavancar a cooperação dentre os agricultores, relata a maioria dos mediadores entrevistados.

Foi ainda constatada na fala dos mesmos, a necessidade do Estado intervir e criar meios para o fortalecimento da cultura cooperativista. A explicação é que “[...] o primeiro passo é uma questão cultural, o segundo passo é que quando é cultural necessita de um processo de educação permanente” (Extensionista, Ruraltins). Indo a este encontro, outro extensionista destaca que os técnicos de assistência técnica sempre tentam conduzir os agricultores a se organizarem em grupo para que assim eles obtenham maior poder de competitividade no mercado. Com isso, “[...] nós temos técnicos que trabalham com associativismo, cooperativismo, mas ainda precisamos de mais unidades demonstrativas e de referência para os agricultores, mais acesso aos casos de sucesso no Brasil inteiro” (Extensionista, Ruraltins).

Para um gestor público, a solução do problema para dinamizar a comercialização, a compra de insumos e a venda da produção é o fortalecimento da organização social e produtiva, seja por meio do associativismo ou cooperativismo. Segundo um dos entrevistados da pesquisa, este é o meio que irá auxiliar no desenvolvimento rural do Tocantins e, conseqüentemente, a devida inclusão produtiva de agricultores familiares. Em sua narrativa abaixo informa sobre esta situação estadual:

[...] o baixo número de cooperativas aqui no nosso estado, não é questão de fomento. Eu vejo que é questão da própria organização social deles, de medo, de não saber ainda trabalhar em organização social de concorrência (...) mas, acho que é paradigma, isso já é por questões culturais. Conforme as gerações vão mudando, eu acho que isso tem muito a evoluir, vêm novas cabeças, novas mentalidades, novas formações, novos conhecimentos e é o cooperativismo que vem pra auxiliar, não vejo a agricultura familiar sem trabalhar, sem se aperfeiçoar, sem a organização social, eu vejo muitos empecilhos mesmo (Gestor, Seagro).

O fomento de políticas públicas, principalmente via compras governamentais, também foi um ponto levantado pelos entrevistados para o fortalecimento das cooperativas no Tocantins. Na pesquisa de campo, houve a menção de que “[...] o incentivo que as políticas públicas fazem com que os agricultores se organizem em cooperativas ou associações no Tocantins ainda é uma novidade local e que existe a necessidade de expandi-las” (Professora, UFT).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram apontados como soluções para viabilizar e incentivar a atividade produtiva das cooperativas agrícolas. De acordo com uma das entrevistadas seria importante começar a acessar o PNAE e outras modalidades de compras governamentais como forma de fomentar o cooperativismo no meio rural por ser um mercado garantido aos agricultores familiares e suas cooperativas. De toda forma, “[...] esse instrumento de comercialização pode contribuir e orientar o agricultor para também comprar produtos e insumos para sua propriedade de forma coletiva” (Extensionista, Ruraltins).

No estudo de Carvalho e Pedroso Neto (2016), constataram que entre os anos de 2010 e 2015 o PAA contribuiu mais para o fortalecimento das associações em detrimento das cooperativas. O anterior se evidencia no fato de que apenas 2%, dos 80 projetos executados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), correspondem a cooperativas. No estudo de Sousa (2019), quanto ao PNAE foi constatado que existem dificuldades de comercialização, pelo número reduzido de fornecedores provenientes de organizações coletivas da agricultura familiar e daqueles que não conseguem entregar os produtos da alimentação escolar com regularidade, de acordo com a proposta do cardápio feito por nutricionistas.

Outro gestor público complementa a discussão ao informar que existe um grupo de variáveis que influenciam sobremaneira o desenvolvimento do cooperativismo, tais como: “[...] crédito, assistência técnica, políticas públicas. Mas em primeiro lugar está a organização da produção que é fundamental para os agricultores conseguirem juntar a produção que eles têm para poderem comercializar juntos e não perderem recursos” (Gestor, ICMBIO).

Mas, de todo modo, em detrimento disso há inúmeros gargalos a serem superados para que a agricultura familiar tocantinense consiga se organizar de forma efetiva e auferir resultados quantitativos e qualitativos para atender qualquer tipologia de mercado, seja institucional ou convencional.

Desde a questão social às questões jurídicas e estruturais, durante toda a pesquisa de campo foi possível identificar os gargalos e as dificuldades que interferem no processo de organização social e produtiva dos agricultores familiares. No que tange

as questões sociais, em narrativas de um pesquisador e um professor verificou-se que foram bem incisivos ao destacar que as dificuldades se dão principalmente pelo fato de que

[...] o elemento cultural realmente tenha sentido, mas eu não acho que seja fator preponderante. Falta capacidade de gestão, deseja-se ter uma cultura cooperativista, porém mais do que isso, tem que ter capacidade de gestão pra gerir aquela cooperativa e quando você vê, o nível de escolaridade dos agricultores daqui é muito baixo (Pesquisador, Embrapa).

[...] se a gente for olhar a organização dos agricultores de um modo geral, seja por meio de associações, cooperativas, sindicatos, na região Norte é extremamente problemática e o Tocantins não é diferente. Aqui algo em torno de apenas 60% participa de algum tipo de entidade, de algum tipo de congregação de agricultores. Nem estou dizendo que esses 60% atua de forma efetiva. Se você for fazer uma análise qualitativa desses números aí ainda vai cair, talvez pra menos da metade. Então, é outro desafio à organização produtiva, pela qual em regra eles não têm organização, é cada um por si (Professor, UFT).

As falas acima reforçam que dentre essas dificuldades temos as questões culturais, baixo nível de instrução escolar, a constituição de organizações coletivas somente para acessar alguns créditos e que há de fato essa dificuldade de articulação e de organização dos agricultores entre si.

Outro ponto destacado pelos entrevistados foi à falta de estrutura para a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Um dos entrevistados chegou a exemplificar o caso de uma comunidade quilombola do Estado,

[com] uma estrutura muito pouco eficiente para a agricultura familiar, falta de estradas, falta de energia. Até hoje nós temos um monte de comunidades quilombolas que não tem energia, a comunidade Kalunga do Mimoso é um exemplo disso. Tem um problema seríssimo no estado, que é esse problema de infraestrutura, de deslocamento de transporte, de energia, muito difícil, então é difícil pra agricultura familiar. Os agricultores por mais que estejam organizados eles acabam tendo muita dificuldade em ter um retorno melhor do seu sistema produtivo (Extensionista, APATO).

Questões de base jurídica também foram apontadas em algumas respostas, quando indagados de como isso afeta a organização dos agricultores familiares, uma gestora que trabalha com o monitoramento e controle de gestão de cooperativas no Tocantins destacou que o problema está na raiz e, na maioria das vezes, a constituição de parte das cooperativas na abrangência do estado deu-se de forma *top-down*. Mais explicações podem ser verificadas na fala abaixo:

No Tocantins, a maioria das cooperativas mais antigas ganhou a DAP jurídica de presente, porque tudo que vinha do governo do estado ou federal ele obrigava as pessoas a estarem constituídos numa associação ou cooperativa. Anualmente temos dado baixa em cooperativas constituídas por estarem inativas mesmo, a cooperativa não abriu, não teve operação comercial. Hoje, o número de cooperativas tem caído, porque muitas ganharam o CNPJ e não conseguiram fazer com que aquilo vivesse uma atividade econômica do grupo ou não trabalhou a organização social. Ficou muito no financeiro e o econômico e não se alavancou (Gestora, SESCOOP).

Todas essas dificuldades elencadas pelos mediadores entrevistados vão de encontro ao que Cabral e Santos (2013) constataram em seu trabalho. Segundo eles, os desafios a serem superados pelas organizações coletivas no Tocantins podem ser classificados em dois grandes grupos: a) problemas de produção e falta de infraestrutura e; b) dificuldades nos processos de gestão das respectivas organizações.

Dos principais resultados auferidos no estudo, no grupo de problemas/dificuldades, constatou-se que 25% dos agricultores apontaram como justificativa a falta de transporte para o escoamento da produção em direção aos centros de comercialização, 15% para a falta de assistência técnica e extensão rural, 13% a falta de selos certificadores para poder comercializar formalmente os seus produtos, 11% a infraestrutura deficitária vinculada à falta de estradas de acesso aos locais de produção e 8% dificuldades de acesso a financiamento. Já no segundo grupo, dificuldade nos processos de gestão, verificou-se que 55% dos agricultores familiares assinalaram a falta de capacitação para os processos de gestão profissionalizada como obstáculo para inserção num processo participativo de organização coletiva (Cabral e Santos, 2013).

Apesar de todos esses gargalos e a necessidade de maior apoio do Estado, agricultores familiares, empresas e instituições públicas e privadas, e a própria sociedade civil precisam trabalhar em conjunto para fortalecer e evidenciar os casos de

sucesso das organizações coletivas. Alguns entrevistados destacaram também as contribuições e potencialidades que o processo de organização social e produtivo tem e o que pode proporcionar positivamente para os agricultores filiados.

No Tocantins é possível perceber organizações indígenas, quilombolas, de pescadores artesanais, de piscicultores familiares, de agricultores familiares extremamente organizados, articulados em níveis de rede, inclusive nacionais. São pessoas que estão extremamente articuladas buscando projetos, buscando recursos até fora do país para trabalhar essa temática nas suas regiões. No entanto, há também pessoas extremamente desarticuladas, então é uma mistura de tudo (Extensionista, Coopter).

Outro extensionista relata que atualmente “[...] de maneira geral, os agricultores já estão buscando se organizar, tanto para aquisição de produtos quanto para comercialização dos mesmos” (Extensionista, Ruraltins). Indo a este encontro, o representante de um movimento social destaca que o processo de organização social e produtivo dos agricultores encontra dificuldades para se fortalecer. Ainda assim, ele existe e parte dos agricultores familiares do estado reconhece que é fundamental essa organização como forma de obter melhores condições de inclusão produtiva, além de obter maior poder de barganha frente ao mercado.

Muitos agricultores hoje estão organizados em redes, estão organizados localmente, mas estão também se articulando a nível regional, divulgando produtos, fazendo testes de semente e de mudas, buscando conhecimento e tecnologias que contribuam para o fortalecimento da sua comunidade, associação ou cooperativa (Movimentos Sociais, MST).

Diante desta perspectiva foi possível identificar que o estado tem muito que avançar, mas que há potencial para crescer e auferir maiores resultados positivos na área em questão, pois, como relata uma professora entrevistada, “[...] a gente sabe que constituir uma cooperativa não é fácil, mas existe um objetivo no final dessa jornada que é um benefício muito grande para todos” (Professora, UFT).

Corroborando isso, nas falas seguintes pode ser verificado as sugestões elencadas pelos entrevistados: “Acho que no momento falta à gente ajeitar essa questão da assistência técnica chegar ao produtor e se esse técnico tem uma linguagem adequada. Caso haja essa abordagem adequada, eu acho que vai andar bem”

(Pesquisadora, Embrapa); “[...] algumas políticas públicas deram grande visibilidade para a agricultura familiar no estado, porém, precisam-se rever alguns conceitos, algumas metas, pois há alguns objetivos a gente percebe que ainda não foram alcançados” (Gestor, Consea);

[...] É através da organização social e estratégica que os agricultores se fortalecerão e farão frente a outros elementos que porventura se estabeleçam e que os mesmos terão acesso de forma mais coesa aos financiamentos e apoios que melhorarão sua base produtiva (Gestor, ICMBIO).

A partir dessas contribuições, chega-se à conclusão de que a dificuldade de organização social e produtiva que os agricultores familiares têm, reflete nos gargalos supracitados e impacta no baixo número de associações e cooperativas existentes. Sem a existência de um empreendimento coletivo que os represente e que articule ações de valorização da cultura local e dos seus produtos territorializados, nota-se certa perda de autonomia frente ao mercado dominante (Sousa et al., 2018).

Não obstante, já existe uma pequena mudança na visão dos agricultores. Ainda que sejam poucos os casos de sucesso no Tocantins, existe uma parcela desse grupo organizada tanto para aquisição de produtos quanto para a comercialização da produção. De acordo com Sousa (2019), a combinação de fatores favoráveis, como o fortalecimento da organização social e o acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural, é preponderante para a efetiva inclusão produtiva de agricultores. Isso torna as organizações coletivas exemplos de experiências inovadoras que buscam, de algum modo, construir formas alternativas de produção, abastecimento e comercialização de alimentos em rede. Isto vai de encontro com o conceito de inclusão produtiva voltada para a produção de novidades, em que o destaque está na rede sociotécnica do cooperativismo ao propiciar ações de sustentabilidade ambiental, potencializar laços de reciprocidade entre os cooperados e promover o surgimento de novidades técnicas e organizacionais.

No mais, sugere-se que a educação cooperativista deva ser trabalhada de forma constante pelo serviço de assistência técnica no campo, para que o entendimento sobre a cultura da cooperação alcance maior público de agricultores e demais atores que se relacionam no sistema cooperativista. Deve-se também trabalhar a inclusão produtiva por meio de projetos e tecnologias adequadas, planejados junto a agricultores em conjunto com técnicos e pesquisadores (Sousa et al., 2017a), além do fomento, via políticas públicas, de um maior número de organizações coletivas.

## Considerações

De modo geral, nesta pesquisa foram identificadas as contribuições do cooperativismo para o processo de inclusão produtiva dos agricultores familiares. No entanto, na percepção da maioria dos mediadores entrevistados, foi apontado que o cooperativismo tocantinense precisa avançar em termos de cooperação entre os próprios agricultores, justificado pelo baixo nível de organização social e produtivo presente no contexto do estado e o fato de prevalecer a cultura do individualismo.

A baixa organização social e produtiva dos agricultores familiares foi influenciada de forma negativa devido as decorrentes problemas estruturais e de infraestrutura, baixo nível de instrução dos agricultores, limitada estrutura de produção, dificuldades no acesso ao crédito, dificuldades no acesso à extensão rural e aos mercados, deficiências nas estruturas de processamento e distribuição de seus produtos e a ausência de políticas públicas que estimulem o fortalecimento ou o crescimento do trabalho cooperativo nesse setor.

Apesar de todos esses gargalos e a necessidade de maior apoio do estado e de empresas e instituições públicas e privadas, chega-se a conclusão da importância das cooperativas para a inclusão produtiva de agricultores familiares do Tocantins. As cooperativas têm papel estratégico de potencializar a inclusão produtiva de agricultores familiares ao facilitar o acesso às políticas públicas específicas e por representá-los na maioria dos elos da cadeia produtiva.

A ideia central dos mediadores entrevistados, portanto, é que a filiação de agricultores familiares em um empreendimento cooperativo possibilita obter melhores resultados dos que seriam alcançados com o trabalho individual. Quando organizados, os agricultores possuem mais condições de se incluírem produtivamente ao acessarem mercados formais, políticas públicas e serviços de extensão rural.

O cooperativismo pode contribuir com experiências inovadoras que buscam, de algum modo, construir formas alternativas de produção, abastecimento e comercialização de alimentos em rede. Isto vai de encontro com o conceito de inclusão produtiva voltada para a produção de novidades em que o destaque está na rede sociotécnica de cooperativas, ao propiciar ações de sustentabilidade ambiental, potencializar laços de reciprocidade entre os cooperados e promover o surgimento de novidades técnicas e organizacionais.

Este reconhecimento está presente em toda esfera de atuação da agricultura familiar, como demonstrado nas narrativas e discursos de diversos representantes de extensão rural pública e privada, gestores, pesquisadores, professores e atores em geral que trabalham diretamente com o setor. Faz-se necessário, portanto, que estes

atores, junto ao governo, trabalhem em conjunto para fortalecer os casos de sucesso das organizações coletivas no âmbito do estado.

## Referencias

Andrade, M. C. y Alves, D. C. (2013). Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. *Revista de Administração IMED*, 3(3), 194-208.

Alves, E. (2001). *Agricultura familiar prioridade da Embrapa*. Brasília: Embrapa.

Amodeo, N. B. P. (2006). Contribuição da educação cooperativa nos processos de desenvolvimento rural. In: Amodeo, N. B. P. y Alimonda, H. (org.). *Ruralidades: capacitação e desenvolvimento*. Viçosa: Ed. UFV, 151-176.

Braúna, A. A. (2016). *O papel do cooperativismo no desenvolvimento do estado do Tocantins*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.

Cabral, J. P. C. y Santos, A. A. F. (2013). Sistematização das informações sobre associativismo nos assentamentos da reforma agrária no Centro-Sul tocaninense. In: *Anais do 9º Seminário de Iniciação Científica da UFT, Palmas/TO*.

Cançado, A. C., Vieira, N. S. y Cançado, A. C. M. G. (2011). Análise dos resultados obtidos pela metodologia dos indicadores de incubação de cooperativas populares em empreendimentos solidários do Bico do Papagaio/TO. *Revista Alcance*, 18(4), 516-535.

Carvalho, C. O., et al. (2015). Rede Brasil Rural: inovação no contexto da agricultura familiar. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, 8(1), 79-94.

Carvalho, G. S., Pedroso Neto, A. J. (2016). O Programa de Aquisição de Alimentos no Tocantins: as condições sociais de realização de mercados com práticas de acesso individuais e coletivas. *Redes*, 21(3), 258-276.

Escher, F. (2013). A evolução institucional do sistema de cooperativas de leite da agricultura familiar com interação solidária (SISCLAF): atores sociais, mercados e ação coletiva no Sudoeste do Paraná. *Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos/ Conterato, M.A., et al (Org.)*. Porto Alegre: Via Sapiens.

- Feitosa, C. O. (2011). *Do antigo norte de Goiás ao estado do Tocantins: elementos de uma economia em formação*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Ferreira, P. R., Sousa, D. N., y Costa, M. S. (2018). Educación cooperativista y extensión rural. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 3, 411-432.
- Fornazier, A., y Waquil P. D. (2013). *A importância do cooperativismo na inserção de pequenos produtores nos mercados: o caso da produção de maçã na serra catarinense*. Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos. Conterato, M.A., et al. (Org.). Porto Alegre: Via Sapiens.
- Fraser, M. T. D., y Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: Discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 14(28): 139 -152.
- Freitas, A. F. (2021). *Cooperativismo, agricultura familiar e o programa nacional de alimentação escolar: reflexões para uma agenda municipal de desenvolvimento sustentável*. Viçosa, MG: Editora Asa Pequena.
- Futemma, C., Tourne, D. C. M., Andrade, F. A. V., et al. (2020). *A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir?* Disponível em <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.967>. Acesso em: Out. 2020.
- Grisa, C. (2012). *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais - Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – Curso de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Ibge - Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. *Censo Agropecuário*. (2017). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em <https://bit.ly/34kjLbb> . Acesso em: Out. 2019.
- Kripka, R., Scheller, M., y Bonotto, D. L. (2015). Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. *Atas: Investigação Qualitativa na Educação*, 2, 243-247.
- Long, N., y Ploeg, J. D. (2011). Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura. In: Schneider, S., y Gazolla, M. (org.). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 62-90.
- Ocb - Organização Das Cooperativas Do Brasil. (2010). *X Congresso Brasileiro de Cooperativismo*. Disponível em: <http://www.ocb.org.br>. Acesso em: Fev. 2021.

- Navarro, Z., y Pedroso, M. T. M. (2014). A agricultura familiar no Brasil: da promessa inicial aos impasses do presente. *Revista Econômica do Nordeste*, 45: 6-17.
- Pedroso, I. L. P. B.; Júnior, J. C. (2008). Produção familiar e associativismo: modos de vida e reprodução socioeconômica da comunidade rural de Taquaruçu Grande - Palmas (TO). *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, 3(5), 162-194.
- Pereira, A. C., y Santos, E. R. (2015). Frutas nativas do Tocantins com potencial de aproveitamento econômico. *Agri-environmental Sciences*, 1(1), 10-28.
- Pinho, D. B. (1996). Lineamento da legislação cooperativa brasileira. *Manual de Cooperativismo*. São Paulo: CNPq.
- Ploeg, J. D. (2011). Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. *Sociologias*, 13(27): 114-140.
- Ploeg, J. D., et al. (2004). On regimes, novelties, niches and co-production. In: WISKERKE, J. S. C; PLOEG, J. D. (ed). *Seeds of transition*. Assen: Royal van Gorcum, 1-30.
- Sabourin, E. (2014). Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidaria. *Revista Econômica do Nordeste*, 45, 30-43.
- Schneider, A. D., et al. (2018). *Agroindústria: conceitos e relação com o desenvolvimento rural*. Gestão e planejamento de agroindústrias familiares, SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Schneider, S. y Cassol, A. (2013). *A agricultura familiar no Brasil*. Serie Documentos de Trabajo n° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile.
- Simonetti, E., Silva, A. (2017). Uma análise na cooperativa de produção dos agricultores familiares do Território do Bico do Papagaio. *Revista Ciência Agrícola*, 15(12), 55-58.
- Schneider, S., Gazolla, M. (2011). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Sousa, D. N. (2019). *Mediadores sociais e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Tocantins: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- Sousa, D. N. (2020). Os “novos” mercados e sua contribuição para a inclusão produtiva dos agricultores familiares no Tocantins. *Redes*, 25, 2171-2184.
- Sousa, D. N., Charao-Marques, F. y Kato, H. C. A. (2017a). Novo programa, novos atores: inovação e agroecologia na agricultura familiar do Tocantins. *Extensão Rural*, 24, 44-58.
- Sousa, D. N. y Kato, H. C. A. (2017b). Novos produtos e cortes diferenciados: o potencial dos peixes nativos nos mercados da gastronomia. *Extensão Rural*, 24, 86-104.
- Sousa, D. N. *et al.* (2018). Inovação e inclusão produtiva na agricultura familiar do Tocantins. *Revista Grifos*, 27(45), p.204-224.
- Vilpoux, O. F. (2014). Reforma agrária e cooperação entre assentados do Centro-Oeste do Brasil: Uma abordagem institucional. *Land Use Policy*, 39, 65-77.
- Wanderley, M. N. B. (2014). O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52, 25-44.